



Seminários do Curso de doutoramento em Direito (3º Ciclo)
Topics PhD Seminars (3rd Cycle)
FDUNL
2015/2016
Temas / Topics

Direito e Sociedade / Law and Society
Profs Armando Marques Guedes e Cristina Nogueira da Silva

TEMA / TOPIC
Direito e Sociedade / Law and Society

A autonomia do direito e/ou a(s) sua(s) dependência(s) relativamente aos contextos em que se inserem discursos e atos jurídicos tem desde há muito sido objeto de numerosas e fascinantes discussões académicas. Nuns casos, os contextos sócio-antropológico e histórico são tidos como essenciais para a produção e práticas jurídicas, noutros a economia, noutros ainda a política, ou/e uma combinação destes fatores, de acordo com modulações e pesos específicos variáveis de cada um deles – que mudam de autor para autor e em diferentes fases das leituras analíticas de cada um dos autores que sobre o tema se debruçam.

Os seminários tocam, em ordem cronológica, alguns dos momentos centrais dessas discussões ainda em curso. Visam uma contextualização dessas leituras quanto a uma “não-autonomização” (ou a uma autonomia tão-só parcial) do direito na produção teórica nacional e internacional.

A avaliação dos estudantes será feita durante os Seminários, com base nas apresentações feitas nos termos regulamentares (que serão explicados em pormenor na primeira sessão), e sobretudo pela avaliação dos trabalhos de 15 a 25 pp. (que devem ser depois entregues nos prazos que constam do Regulamento da Faculdade). e contará com textos de leitura obrigatória para a elaboração de trabalhos (na secção B) a relativa ao Doutoramento Geral (DD) e na secção C), aquela que diz respeito ao Doutoramento em Direito e Segurança (DDS):

Law and Society

The autonomy of the law and/or its dependency(ies) in relation to contexts in which discourses and legal acts are embedded in have raised many fascinating academic discussions. In some cases their socio-

anthropological and historical contexts are envisaged as essential for legal production and practices, in other economic systems are instead, in others still, politics, or/and a combination of these factors, in terms of variable modulations and specific weights– and ones that change from author to author.

The seminars touch, in chronological order, some of the crucial moments of these ongoing discussions. They aim at a contextualization of the readings carried out, and focus on their “non-autonomisation” (or on their only partial autonomy), both as concerns national and international theoretical productions.

Student evaluation will be carried out during the Seminars, both as pertains to presentations made (which will be explained in detail in the first session) and, mostly, via the evaluation of 15 to 25pp. papers which must be handed in according to Faculty timetables. What follows below includes obligatory readings for the elaborations of these texts. These are listed in Section B) for the general Doctoral Programme (DD), and in Section C) for the Doctorate in Law and Security (DLS):

**A) PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DAS SESSÕES DO
DOUTORAMENTO GERAL
PROGRAMME AND BIBLIOGRAPHY OF THE GENERAL
DOCTORATE**

**I. Direito e sociedade, as grandes perspetivações fundacionais
Law and society, the great foundational perspectives**

**1. O direito como ideologia (org. Cristina Nogueira da Silva)
Law as ideology**

Karl Marx (1818-1863): Karl Marx (1ª ed.: 1959), textos originais editados em Lord Lloyd of Hampstead, *Introduction to Jurisprudence*, London, Stevens Sons, 1979 Cap. 10: "Marxist Theories of Law and State", pp. 724-815.

Roger Cotterrell (1992), *The Sociology of Law: an Introduction*, London, Dublin, Edinburgh, (1ª ed.: 1984), (Cap. 4: "Law, Power and Ideology", pp. 99-133). BFDUNL: S2-33.

Isaac D. Balbus (1977), "Commodity form and legal form: an essay on the «relative autonomy» of the law", in *Law and Society*, pp. 571-588 [11]

Andrew Vincent, "Marx and Law", *Journal of Law and Society*, Nº20, 1993, p. 371-97.

**2. Os formatos do direito e as configurações da solidariedade social
(org. Armando Marques Guedes)
Legal forms and social solidarity configurations**

Émile Durkheim (1858-1917): Émile Durkheim, (1975, original 1893), "L'origine de l'idée du Droit", em *Textes I*: 233-241, Éditions de Minuit.

_____ (1950, original de 1922), *Leçons de Sociologie. Physique des Mœurs et du Droit*, Presses Universitaires de France, Paris.

**3. Direito, sociedade e racionalidade (org. Armando Marques Guedes)
Law, society, and rationality**

Max Weber (1864-1920): Max Weber (1978, 1ª ed.: 1920), *Economy and Society: an outline of interpretative sociology* (ed.: Guenther Roth and Claus Wittich, Berkeley, University of California Press, 1978, Vol. I, pp. 3-62; 213-254; BFDUNL: S1-27 (1); Vol. II, pp. 880-899. BFDUNL: S1-27(2).A. [trad. castelhana: *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1993. BFDUNL: S1-9].

Roger Cotterrell (1992), *The Sociology of Law: an Introduction*, London, Dublin, Edinburgh, (1ª ed.: 1984), (Cap. 5: "The Acceptance and Legitimacy of Law", pp. 148-178; 99-133). BFDUNL: S2-33.

4. O direito e a sociedade como foram vistos de cá (org. Armando Marques Guedes)

Law and society as seen from here

Rogério Soares (1969), *Direito Público e Sociedade Técnica*, Coimbra.

J. Oliveira Ascensão (1982), "Por um direito vivo", *Revista de Direito e de Estudos Sociais XXVI* (1,2,3,4): 5-17, Lisboa e Coimbra.

Maria Manuel Leitão Marques e Fernando Ruivo (1982), "Comunidade e Antropologia Jurídica em Jorge Dias: Vilarinho da Furna e Rio de Onor", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 10: 41-87.

II. Direito, pluralismo jurídico e jurisdicional, interculturalidade
Law, legal and jurisdictional pluralisms, interculturality

5. Interculturalidade e modelos de cidadania (org. Cristina Nogueira da Silva)

Will Kymlicka (1995), *Multicultural Citizenship*, Oxford, Oxford University Press.

Cristina Nogueira da Silva (2009), "Conceitos oitocentistas de cidadania. Liberalismo e igualdade", *Análise Social*, Vol. XLIV (192).

_____ (2009), "«Missão civilizacional» e Codificação de «usos e costumes» na doutrina colonial portuguesa (séculos XIX-XX)", in Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, nºs 33-34, t. II, 2004-2005, pp. 899-921.

6. Interculturalidade, transnacionalidade, cosmopolitismo (org. Cristina Nogueira da Silva)

Interculturality, transnationality, cosmopolitanism

Boaventura de Sousa Santos (2004), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Reconhecer para libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento, 331-356.

Boaventura de Sousa Santos; Rodríguez-Garavito, César (orgs.) (2005), *Law and Globalization from Below. Towards a Cosmopolitan Legality*. Cambridge: Cambridge University Press. FDUNL: S2 – 40 (1) [trad. Espanhola: Santos, Boaventura de Sousa; Rodríguez-Garavito, César (orgs.) (2007), *El derecho y la globalización desde abajo. Hacia*

una legalidad cosmopolita. Barcelona: Anthropos-Universidad Autónoma Metropolitana.

**7. As formas híbridas nos direitos lusófonos, as representações simbólicas e a ‘bifurcação’ (org. Armando Marques Guedes
The hybrid forms of lusophones laws, symbolic representations, and ‘bifurcation’**

Armando Marques Guedes, Maria José Lopes, Yara Miranda, João Dono e Patrícia Monteiro (2001) “Litígios e Pluralismo em Cabo Verde. O sistema judicial e as formas alternativas”, *Themis. Revista da Faculdade de Direito da UNL* 3: 1-69.

Armando Marques Guedes, N’gunu Tiny, Ravi Afonso Pereira, Margarida Damião Ferreira e Diogo Girão (2003) *Litígios e Pluralismo. Estado, sociedade civil e Direito em São Tomé e Príncipe*, Almedina, Coimbra.

Armando Marques Guedes (2008), “Uma articulação entre o Estado e as ‘Autoridades Tradicionais’? Limites na congruência entre o Direito do Estado e os Direitos ‘Tradicionais’ em Angola”, em (ed.) Diogo Freitas do Amaral, *Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, vol. 1: 715-753, Almedina, Coimbra.

_____ (2008), “President and Prime Minister. Twinning up and switching down”, *Magazine. Jornal Oficial da Presidência da República Democrática de Timor-Leste*, vol 1, no. 1: 12-13. High-resolution pdf available for download at <http://www.presidencia.tl/mag/mag0/page1.html>, Dili, East-Timor.

_____ (2011), “Performative Political Power Repertoires and Shifting Waters in the East-Timorese ‘Semi-Presidentialist’ System of Government”, in (eds.) Nuno Canas Mendes and André Saramago, *Dimensions of State-Building*: 89-111, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

**III. Direito e sociedade, perspectivas contemporâneas
Law and society, contemporary perspectives**

**8. Direito, individualismos e comunitarismos (org. Armando Marques Guedes)
Law, individualisms and communitarisms**

Duncan Kennedy (1976), “[Form & Substance in Private Law Adjudication](http://duncankennedy.net/bibliography/chrono.html)”, *Harvard Law Review*: 1685-1778, disponível em <http://duncankennedy.net/bibliography/chrono.html>

Jack Balkin (1986), “The Crystalline Structure of Legal Thought”, *Rutgers Law Review* vol. 39, no. 1: 2-103, descarregado a 10 de

Setembro de 2008, mas ainda lá disponível a 9 de Outubro de 2009, em <http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/crystal.pdf>

9. O direito como modo de comunicação (org. Armando Marques Guedes)
Law as a mode of communication

Jürgen Habermas (1996), *Between Facts and Norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

10. O direito enquanto narrativa (org. Cristina Nogueira da Silva)
Law as narrative

Bernard Jackson (1996), *Making Sense in Jurisprudence*, Deborah Charles Publications, Liverpool.

11. O direito como subsistema da sociedade – Günther Teubner (org. Cristina Nogueira da Silva)
Law as a social subsystem – Günther Teubner

Günther Teubner (ed.), *Autopoietic law: a new approach to law and society*, Berlin, Walter de Gruyter, 1988.

Günther Teubner (1989), *O Direito Como Sistema Autopoiético* (trad. José Engrácia Antunes), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

Günther Teubner (1989), "How the Law Thinks: Toward a constructivist epistemology of Law", *Law & Society Review*, Vol. 23, nº 5.

Michael King (1993), "The Truth About Autopoiesis", *Journal of Law and Society*, Vol. 20, nº 2, 1993, pp. 219-226.

12. Direito e "Governamentabilidade" (org. Cristina Nogueira da Silva)
Law and governamentality

Michel Foucault (1975), *Surveiller et punir*, Naissance de la prison, Paris, Éditions Gallimard.

Miguel Lopes Romão (2015), *Prisão e Ciência Penitenciária em Portugal*, Coimbra, Almedina, 2015.

13. A "pré-modernidade" e a "pós modernidade": o direito, ordem normativa de "recurso"? (org. Cristina Nogueira da Silva)
"Pre-modernity" and "post-modernity; law as a "normative review" order?

António M. Hespanha (2001), "Juristas como couteiros", *Análise Social*, Nº 161, pp. 1183-1209.

_____ (2007), *Caleidoscópio do Direito*, Coimbra, Almedina, pp. 370-425.

James Scott (1998), *Seeing like a State, How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, Yale, Yale University Press.

14. Os direitos entre sociedades e culturas (org. Armando Marques Guedes)

Laws between societies and cultures

Armando Marques Guedes (2005) *Entre Factos e Razões. Contextos e Enquadramentos da Antropologia Jurídica*. Almedina, Coimbra.

_____ (2010), “Democracy and its Boundaries. Can there be such a thing as a *bona fide* intergenerational social contract?”, *Intergenerational Justice Review* 1/2010: 31-22, The Foundation for the Rights of Future Generations (FRFG)/Stiftung für die Rechte zukünftiger Generationen (SRzG), Uberursel, Germany, <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=gmail&attid=0.1&thid=12b2090f3debb65d&mt=application/pdf&url>

_____ (2011), “A estratégia política de reconstrução e a normatividade *post bellum* emergente. O caso da participação portuguesa na ISAF, Afeganistão, 2002-2011”, *Conflictos Armados, Gestión Posconflicto y Reconstrucción*: 477-515, *Studia Iuridica*, Santiago de Compostela.

Teoria do Direito / Jurisprudence
Prof. André Campos

TEMA / TOPIC
A Validade do Direito/Legal Validity

O problema da validade do Direito tem sido objecto de literatura variada. Mais do que pensar num sinónimo de legitimidade, importa pensar em validade como característica cuja verificação num qualquer momento normativo acarreta a identificação do direito positivo. Aquilo que torna o problema da validade no problema jusfilosófico por excelência é a determinação do que constitui essa característica. Um teste de validade não é outra coisa senão a análise de um qualquer elemento normativo à luz dos critérios que são fixados como componentes dessa característica. E a fixação de diferentes critérios é o que acaba por justificar a diferenciação entre doutrinas jusfilosóficas e a permanência do binómio jusnaturalismo-juspositivismo na Teoria do Direito, visto que a validade, assim entendida, acabará por se tornar inerente à própria definição de Direito. Os seminários visam habilitar os alunos a discutir, ao nível contemporâneo, algumas das principais concepções de Teoria do Direito face ao problema da validade, como as de Finnis, Kelsen, Hart, Dworkin e Raz, assim contribuindo para a reflexão

metodológica de cada aluno na própria área de investigação do doutoramento.

Legal Validity

The body of literature on legal validity is myriad and growing. More than simply synonymous with the idea of legitimacy, validity is mostly the specific characteristic of a normative frame of reference which determines it as positive law. That which makes the problem of legal validity the main problem of legal theory is the difficulty in identifying such a specific characteristic (or essential property). A validity test is nothing more than the analysis of a given normative frame of reference in the light of the criteria that constitute this specific characteristic. And the establishment of different criteria is precisely what still justifies the distinction between natural law theories and legal positivism in contemporary jurisprudence. These seminars intend to offer students the possibility of discussing some of the main theories of contemporary jurisprudence, such as those present in the works of Finnis, Kelsen, Hart, Dworkin and Raz; their purpose is to contribute to each student's methodological reflexion on their chosen field of research.

§ 1 – Introdução ao curso. Conceito e validade do Direito.

O enfoque sobre a Filosofia do Direito contemporânea. Validade, vigência e eficácia. A insuficiência do binómio jusnaturalismo-juspositivismo.

§ 2 – Conceito e validade do Direito – perspectiva moral

A tese da sobreposição enquanto critério para determinação do direito válido. As diferentes variantes interpretativas da tese da sobreposição face ao problema da validade.

§ 3 – Conceito e validade do Direito – perspectiva jurídico-formal

O que é o positivismo jurídico. A teoria pura do direito de Kelsen: a *Grundnorm* como uma espécie de neo-kantismo juspositivista. A teoria descritiva do direito de H.L.A. Hart e o “juspositivismo inclusivo”.

§ 4 – Conceito e validade do Direito – perspectiva ético-interpretativa

O Direito como interpretação e integridade, segundo Ronald Dworkin.

§ 5 – Conceito e validade do Direito – perspectiva das fontes

O realismo jurídico norte-americano e escandinavo. A teoria descritiva do direito de Joseph Raz: a *sources thesis* e o “juspositivismo exclusivo”. O problema do pluralismo das fontes de direito num mundo global.

Bibliografia geral

Alexy, Robert – *Begriff und Geltung des Rechts* [1992], trad. Bonnie L. Paulson e Stanley L. Paulson, *The Argument from Injustice. A Reply to Legal Positivism* (Oxford: Oxford University Press, 2010).

Atienza, Manuel – *Las razones del derecho. Teorías de la argumentación jurídica* (México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005).

Berman, Paul Schiff – *Global Legal Pluralism. A Jurisprudence of Law Beyond Borders* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012).

Billier, Jean-Cassien / Maryioli, Aglaé – *História da Filosofia do Direito*, trad. Pedro Henriques (Lisboa: Instituto Piaget, 2006).

Brito, José de Sousa e Brito – “O que é o positivismo jurídico. Como se autodefine e como se auto-suspende”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. LI, n.º 1-2 (2010): 193-205.

Campos, André Santos – *Glosas Abertas de Filosofia do Direito* (Lisboa: Quid Juris, 2013).

Coleman, Jules (ed.) – *Hart's Postscript: Essays on the Postscript to The Concept of Law* (Oxford: Oxford University Press, 2001).

Coleman, Jules / Shapiro, Scott (eds.) – *Oxford Handbook of Jurisprudence and Philosophy of Law* (Oxford: Oxford University Press, 2002).

Coyle, Sean / Pavlakos, George (eds.) – *Jurisprudence or Legal Science? A Debate About the Nature of Legal Theory* (Oxford: Hart, 2005).

Dworkin, Ronald – *Taking Rights Seriously* [1977] (London: Duckworth, 1997).

Dworkin, Ronald — *Law's Empire* (Oxford: Hart Publishing, 1986).

Dworkin, Ronald – *Justice for Hedgehogs* (Cambridge, M.A.: The Belknap Press, 2011).

Edmundson, William A. / Golding, Martin P. (eds.) – *The Blackwell Guide to the Philosophy of Law and Legal Theory* (Oxford: Blackwell, 2003).

Finnis, John – *Natural Law and Natural Rights* (Oxford: Clarendon, 1980).

Finnis, John – *Reason in Action: Collected Essays*, vol. I (Oxford: Oxford University Press, 2011).

Fuller, Lon L. — *The Morality of Law*, revised edition (New Haven: Yale University Press, 1969).

Gardner, John — *Law as a Leap of Faith. Essays on Law in General* (Oxford: Oxford University Press, 2014).

George, Robert P. (ed.) — *Natural Law Theory: Contemporary Essays* (Oxford: Clarendon Press, 1994).

Habermas, Jürgen — *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechtes und des demokratischen Rechtsstaats* [1992], trad. William Rehg, *Between Facts and Norms* (Cambridge: Polity Press, 1996).

Hart, H. L. A. — *The Concept of Law* [2.^a ed., 1994], trad. A. Ribeiro Mendes, *O Conceito de Direito*, 3.^a ed. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001).

Hart, H. L. A. — *Essays in Jurisprudence and Philosophy* (Oxford: Clarendon Press, 1983).

Hespanha, António Manuel — *O Caleidoscópio do Direito. O direito e a justice nos dias e no mundo de hoje* (Coimbra: Almedina, 2009).

Honoré, Tony — “The Necessary Connection between Law and Morality”, *Oxford Journal of Legal Studies* 22(3) (2002): 489-495.

Kainz, Howard P. — *Natural Law. An Introduction and Re-examination* (Open Court, 2004).

Kant, Immanuel — *Die Metaphysik der Sitten. Rechtslehre*, in *Gesammelte Schriften*, ed. Königliche Preussische Akademie der Wissenschaften, vol. VI (Berlin-Leipzig: De Gruyter, 1903), pp. 203-356. Trad.: *A Metafísica dos Costumes*, trad. José Lamego (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005).

Kaufmann, Arthur / Hassemer, Winfried (orgs.) — *Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito contemporâneas*, trad. Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002).

Kelsen, Hans — *Reine Rechtslehre* [2.^a ed., 1960], trad. João Baptista Machado, *Teoria Pura do Direito*, 7.^a ed. (Coimbra: Almedina, 2008).

Kelsen, Hans — *General Theory of Law and State* [1945], ed. Anders Wedberg (Clark: The Lawbook Exchange, 2009).

Kelsen, Hans — *A Justiça e o Direito Natural*, trad. João Baptista Machado (Coimbra: Almedina, 2001).

Laing, Jacqueline A. / Wilcox, Russell (eds.) — *The Natural Law Reader* (Wiley-Blackwell: 2013).

Machado, J. Baptista – *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador* (Coimbra: Almedina, 1991).

Moncada, L. Cabral de – *Filosofia do Direito e do Estado* [1955; 1966], 2 vols. (Coimbra: Coimbra Editora, 2006).

Neves, A. Castanheira – *A Crise actual da Filosofia do Direito no contexto da crise global da Filosofia. Tópicos para a possibilidade de uma reflexiva reabilitação* (Coimbra: Coimbra Editora, 2003).

Neves, A. Castanheira – *Digesta. Volume 2.º Escritos acerca do Direito, do Pensamento Jurídico, da sua Metodologia e Outros* (Coimbra: Coimbra Editora, 2010).

Patterson, Dennis (ed.) – *A Companion to Philosophy of Law and Legal Theory* (Oxford: Oxford University Press, 1996).

Paulson, Bonnie Litschewski / Paulson, Stanley L. (eds.) – *Normativity and Norms. Critical Perspectives on Kelsenian Themes* (Oxford: Clarendon Press, 1998).

Pekzenik, Aleksander – *On Law and Reason* (Dordrecht: Springer, 2008).

Radbruch, Gustav – *Rechtsphilosophie*, 8.^a ed., ed. Erik Wolf e Hans-Peter Schneider (Stuttgart: K. F. Koehler, 1973). Trad.: *Filosofia do Direito* [1934, 3.^a ed.], trad. L. Cabral de Moncada (Coimbra: Arménio Amado Ed., 1979).

Raz, Joseph – *The Authority of Law* (Oxford: Oxford University Press, 1979).

Raz, Joseph — *The Concept of a Legal System: An Introduction to the Theory of Legal System*, 2.^a ed. (Oxford: Clarendon Press, 1980).

Raz, Joseph – *Ethics in the Public Domain. Essays in the Morality of Law and Politics* (Oxford: Clarendon Press, 1994).

Raz, Joseph – *Between Authority and Interpretation. On the Theory of Law and Practical Reason* (Oxford: Oxford University Press, 2009).

Reale, Miguel – *Filosofia do Direito*, 19.^a ed. (São Paulo: Editora Saraiva, 2000).

Shapiro, Scott J. – *Legality* (Cambridge: Belknap Press, 2011).

Villey, Michel – *La formation de la pensée juridique moderne* [1968] (Paris : PUF, 2003).

Villey, Michel — *Philosophie du Droit. Définitions et fins du droit. Les moyens du droit* [1975], 2.^a ed. (Paris: Dalloz, 2001).

Weinreb, Lloyd – *Natural Law and Justice* (Cambridge: Harvard University Press, 1987).

Direito Privado / Private Law
Prof. Carlos Ferreira de Almeida

TEMA / TOPIC

Contratos inválidos e ineficazes/Invalid and ineffective contracts.

Direito Processual / Civil Procedure
Prof. José Lebre de Freitas

TEMA/ TOPIC

Objeto do processo e caso julgado

A teoria do caso julgado é ao mesmo tempo ponto de chegada e elemento nuclear do direito processual civil. As suas implicações práticas são vastas e nem sempre bem entendidas, quer na doutrina, quer na jurisprudência. O investimento que nela se faça no terceiro ciclo de Bolonha é a todos os títulos enriquecedor. A abordagem do caso julgado, cruzamento, como é, de conceitos de direito material e de direito processual, implica o firme conhecimento dos elementos subjetivo e objetivo da instância processual e por isso por aí há que iniciar um curso que se proponha desembocar no estudo aprofundado do caso julgado.

O programa da disciplina será, por isso, este:

1. Noção de objeto do processo
2. Modificação do pedido
3. Modificação da causa de pedir
4. Parte processual
5. Litisconsórcio
6. Intervenção de terceiros
7. Trânsito em julgado da decisão
8. Exceção de caso julgado (identidade de partes e objeto) e caso julgado prejudicial (identidade de partes e dependência de objetos)
9. Âmbito objetivo do caso julgado
10. Extensão subjetiva da eficácia do caso julgado
11. O caso julgado na ação executiva e nas ações declarativas dela dependentes
12. O caso julgado nos procedimentos cautelares

13. O caso julgado na arbitragem internacional
14. Um caso à margem da jurisdição: o processo de injunção

Direito Público / Public Law
Prof^a Helena Pereira de Melo

TEMA / TOPIC

A Igualdade e a não discriminação no direito português de origem interna, internacional e europeia. Constituição, leis, jurisprudência. A construção e a desconstrução das desigualdades.

Equality and non discrimination in Portuguese, European and International Law. Construction and deconstruction of Inequalities.

Direito Penal / Criminal Law
Prof.^a Teresa Pizarro Beleza

TEMA / TOPIC

Injunções internacionais de criminalização e restrições constitucionais – um paradigma em mudança?

International injunctions of criminalization: constitutional problems – a changing paradigm?

O Direito Internacional e o Direito 'supranacional' (Europeu ou outro) estão a reconfigurar os princípios do Direito Penal em matéria de 'intervenção mínima'?

Várias Convenções internacionais e algumas Directivas europeias sugerem ou impõem o sancionamento ou mesmo a criminalização de certos comportamentos no Direito interno dos Estados: como exemplos, a Convenção sobre a Tortura das Nações Unidas, de 1986; a Convenção de Istambul do Conselho da Europa (sobre Violência de género, etc.) de 2011. Ou as várias Directivas da União Europeia sobre múltiplas matérias que impõem o sancionamento de comportamentos contrários ao objectivo que prosseguem.

A criação e funcionamento de Tribunais Penais internacionais também questionaram o carácter estatal da Lei e sistema penais.

Algumas decisões de tribunais internacionais também sugerem necessidade de maior protecção de certos bens jurídicos, como as decisões do TEDH (Tribunal Europeu de Direitos Humanos, Estrasburgo) sobre acrescida protecção contra violência doméstica ou violação, o que pode significar pelo menos uma sugestão de criminalização.

Como compatibilizar estas «ordens de criminalização» com o paradigma ainda constitucionalmente vigente de um Direito Penal de ‘intervenção mínima’, tradicionalmente de origem estritamente nacional, também como atributo de soberania, será o ponto de partida para o seminário de Direito Penal neste ano de 2015/2016.

Criminal Law has traditionally been associated with State sovereignty and domestic legislation. It has also been inspired by an idea of *ultima ratio* since the setting in of Enlightenment values in legislation. Recent (in some cases, not so recent) developments of International and European legal systems have somehow questioned this paradigm, by mandating the States to specifically criminalise torture, discrimination, drug trafficking, terrorism, corruption, cyber attacks, genocide or domestic / gender based violence, amongst many possible examples.

This tendency has been reinforced by case law of some regional courts, most notably the European Court of Human Rights (Strasbourg).

International Criminal Courts and their statutes have of course also challenged the idea of State-bound Criminal Law and Criminal Justice systems.

Have these tendencies ultimately changed the way Criminal Law is conceptualized, produced, applied? Are national Constitutions rules on Criminal Law and Criminal Justice systems challenged by these changes and evolutions?

Direito Internacional / International Law
Prof. André Ventura

TEMA / TOPIC
Direito Internacional

B) PROGRAMA

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

§1.º Direito Internacional: noções fundamentais

§2.º Direito Internacional: enquadramento histórico. Do final da II Guerra Mundial aos nossos dias.

CAPÍTULO II - DIREITO INTERNACIONAL SANCIONATÓRIO

§3.º Violação e efetividade do Direito Internacional da Segurança

§4.º A resolução das controvérsias internacionais: mecanismos e ferramentas jurídico-dogmáticas

§5º. A relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno

Capítulo III – DIREITO INTERNACIONAL E POLÍTICA INTERNACIONAL

§6º. Direito Internacional e Política Internacional: correlação científica e pragmática

§7º. O papel específico das Organizações Internacionais

§8º. A Organização das Nações Unidas (ONU) no quadro da evolução do Direito Internacional

§9º. A intervenção militar e a política ocidental contemporânea: enquadramento e complexidades jurídicas

CAPÍTULO IV – DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

§10.º Os conflitos internacionais: noção, tipos e meios de solução

A condenação internacional da guerra

§11.º A preservação da paz internacional pela Organização das Nações Unidas

§12.º. A multipolaridade dos conflitos actuais e as dificuldades de enquadramento jurídico homogéneo: os grandes desafios do Direito Internacional da resolução de conflitos.

CAPÍTULO V – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

§13º Evolução do Direito Internacional Humanitário

§14º Construção do Direito Internacional Humanitário

§15º. A intervenção militar humanitária: enquadramento e actualização dogmática

CAPÍTULO VI – DIREITO INTERNACIONAL PENAL

§16.º A responsabilidade penal internacional

§17.º O Tribunal Penal Internacional

CAPÍTULO VII – DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA NA NOVA SOCIEDADE DO RISCO

§18.º A Nova Sociedade do Risco: características e desafios

§19.º A Nova Justiça Internacional no contexto do combate ao terrorismo transnacional

§20º. O Direito Penal do Inimigo e a evolução do quadro jurídico internacional: reptos e desafios fundamentais

CAPÍTULO VIII – JUSTIÇA INTERNACIONAL

§21º. O novo Direito Penal Internacional: configuração e características formais e materiais

§22º. Os novos mecanismos de justiça internacional: mecanismos nacionais e supranacionais

§23º. Os conflitos regionais do século XXI e a crise da ideia de justiça global internacional

C) BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- AAVV, *Terrorismo* (coord. de Adriano Moreira), 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2004

- AAVV, *Terrorismo e Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa, 2006

- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 1ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007

- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol., Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012

- AAVV, *As Teias do Terror – Novas Ameaças*, Ésquilo, Lisboa, 2006

- Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2007; *A Comunidade Internacional em Mudança*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2007

- Celso D. de Albuquerque Mello, *Direitos Humanos e Conflitos Armados*, Renovar, Rio de Janeiro, 1997

- Daniel Innerarity, *A sociedade invisível*, Teorema, Lisboa, 2009

- Diez de Velasco, Manuel, *Instituciones de Derecho Internacional Público*, 16ª ed., Tecnos Ed., Madrid (2007)

- Jorge Bacelar Gouveia: *Direito Internacional Humanitário – introdução e textos fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2006; *Direito Internacional Penal*, Almedina, Coimbra, 2008; *Manual de Direito Constitucional*, II vols., 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2013; *Manual de Direito Internacional Público*, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2013

- José Torres, *Terrorismo Islâmico – gestão dos riscos para a Segurança Nacional*, UAL, Lisboa, 2009

- Oliveira Martins, Margarida Salema, As reformas nas Nações Unidas e a reforma das Nações Unidas, separata de Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, FDUL, (2006) p. 803-820

- UlrichBeck, *Risk Society*, Sage, London, 2012; *La comunidade internacional de riesgo*, Barcelona, 2008

- Ventura, André, *Lições de Direito Penal – Volume I*, Chiado Editora, Lisboa (2013); “Terrorism, Organised Crime and the Criminal Justice System – a theoretical framework” in *Revista de Direito Público nº7*, Lisboa (2013); “A bifurcação dos sistemas de justiça criminal no âmbito do combate ao terrorismo transnacional e à criminalidade organizada internacional” in *Revista de Direito e Segurança*, Ano I, nº2 (2013); “Analysis on different models of Criminal Justice Systems – a new scientific perspective” (co – autoria com o Dr. Raul Soares da Veiga), *Systemas: Revista de Ciências Jurídicas e Económicas*, Campo Grande (Brasil), Vol IV (2011)

Direito Europeu / European Law
Prof.ª Sofia Santos

TEMA / TOPIC
Direito Europeu da Segurança / European Security Law

O processo de reconceptualização da “segurança” radica na insustentabilidade do entendimento tradicional, circunscrito ao plano interestatal e à delimitação clássica entre segurança externa e interna. A “segurança” passou a englobar novas vertentes, novos e múltiplos atores e a contemplar novas ameaças, fenómeno visível nos fundamentos e na prática da União Europeia.

O seminário tem como objetivo o estudo aprofundado do quadro normativo e institucional referente às diferentes dimensões da segurança europeia (“O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”, “Ação Externa”, segurança marítima, energética, ambiental, humana, alimentar e cibernética) e respetivas ameaças. O programa incide na análise do processo evolutivo e na avaliação do Tratado de Lisboa e desenvolvimentos pós-tratado, promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios jurídico-securitários e perspetivas de evolução.

European Security Law

The reconceptualization process of “security” lies in the unsustainability of the traditional understanding, by circumscribing it to interstate relations

and to the classical demarcation between external and internal security. The notion of “security” has encompassed new dimensions, new and multiple actors and contemplated new threats. This phenomenon is visible in the European Union’s foundations and practice.

The seminar aims to deepen the study of the legal and institutional framework regarding the different dimensions of European security (“Area of Freedom, Security and Justice”, “External Action”, maritime, energy, environmental, human, food and cyber security) and existing threats. The programme focuses on the analysis of the evolutionary process as well as on the evaluation of the Treaty of Lisbon and post-treaty developments, promoting a critical reflection on the legal and security challenges and perspectives of evolution.

Direito Privado Comparado / Comparative Private Law
Prof. José João Abrantes

TEMA / TOPIC
Direito Europeu dos Contratos/ European Contract Law
Princípios de Direito Europeu dos Contratos

Os diversos aspectos constantes desses Princípios serão objecto de comparação com o regime correspondente no direito português e (pelo menos) num direito estrangeiro.

Principles of European Contract Law

Different aspects of those Principles shall be compared with the corresponding regime in Portuguese law and (at least) a foreign law.

Direito Público Comparado / Comparative Public Law
Prof. Sofia Santos

TEMA / TOPIC
Direito Público Comparado / Comparative Public Law

A unidade curricular tem como objetivo o estudo comparado dos poderes dos Chefes de Estado em diferentes sistemas constitucionais, promovendo uma reflexão crítica sobre os pontos de convergência e divergência e limites.

Comparative Public Law

The curricular unit aims at the comparative study of the powers of the Heads of State in different constitutional systems, promoting a critical reflection on the convergence and divergence points and limitations.

Bibliografia

Dário Moura Vicente, Direito Comparado, vol. I, 3ª Edição, Coimbra: Almedina, 2014.

Duverger, Maurice, Xequé-Mate: Análise Comparativa dos Sistemas Políticos Semi-presidenciais, Lisboa: Edições Rolim, 1979.

Jorge Bacelar Gouveia, Manual de Direito Constitucional, vols. I e II, 5ª Edição, Coimbra: Almedina, 2013.

Jorge Bacelar Gouveia, Legislação de Direito Constitucional, 3ª Edição, Lisboa: Quid Juris, 2013.

Jorge Bacelar Gouveia, As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, 4ª Edição, Coimbra: Almedina, 2014.

Jorge Miranda, Manual de Direito Constitucional, vols. I, II e III, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

Jörn Ipsen, Staatsrecht I, Staatsorganisationsrecht, 26. Auflage, München: Vahlen, 2014.

José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira, Os Poderes do Presidente da República, Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

_____, Constituição da República Portuguesa Anotada, vol. I e II, Reimpressão, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

Leonard Besselink et al. (Eds.), Constitutional Law of the EU Member States, Deventer: Kluwer, 2014.

Queiroz, Cristina, O Sistema de Governo Semi-presidencial, Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

Metodologias de Análise do Direito / Methodologies of Legal Analysis
Prof. José Lamego

TEMA / TOPIC
Metodologias de Análise do Direito

Conteúdos programáticos

I. Questões gerais

1. A metodologia jurídica como doutrina da aplicação prática do Direito.
2. Metodologia jurídica, Teoria do Direito e ciência do Direito.

II. A doutrina das “fontes” do Direito: as normas sobre a produção de normas jurídicas

III. A interpretação das disposições legislativas

1. A doutrina tradicional da interpretação jurídica.
2. A afirmação da natureza prática e teleológica da interpretação jurídica: a Jurisprudência dos interesses.
3. A Construção do horizonte valorativo para a interpretação: a Jurisprudência de valoração.

IV. A integração das lacunas, as modalidades do desenvolvimento judicial do Direito e os limites da sua admissibilidade.

V. O alcance metodológico da noção de sistema jurídico.

VI. A construção da decisão judicial.

VII. A “reconstrução” lógica da decisão judicial: noções elementares sobre lógica deôntica.

Bibliografia de base:

- 1) Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, tradução da 6ª edição, a cargo de José Lamego, Lisboa, 1997.
- 2) José Lamego, *Elementos de Metodologia Jurídica* (no prelo).

TPB, 25 de Setembro de 2015